UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

AUTORITARISMO, REPRESSÃO E MEMÓRIA:
Uma análise comparativa das ditaduras militares no Brasil, Argentina e Chile

Fernanda Menezes Pereira Poncioni

Campinas
2026

FERNANDA PONCIONI

AUTORITARISMO, REPRESSÃO E MEMÓRIA

Uma análise comparativa das ditaduras militares no Brasil, Argentina e Chile

Projeto de Iniciação Científica apresentado ao Programa de Iniciação Científica da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Orientador: Silas Luiz de Souza

Apoio: PIVIC Mackenzie

Campinas

2026

RESUMO

As ditaduras militares que marcaram Brasil, Argentina e Chile entre as décadas de 1960 e 1980 constituem um dos principais fenômenos da história contemporânea latino-americana, caracterizado pela supressão de liberdades, censura, perseguição política e violações de direitos humanos. Influenciados pelo contexto da Guerra Fria e pela Doutrina de Segurança Nacional, esses regimes apresentaram semelhanças, mas também diferenças em sua organização política, mecanismos de repressão, políticas econômicas e processos de redemocratização. Este trabalho analisa comparativamente essas experiências, considerando seus contextos de ascensão, estruturas institucionais, práticas repressivas, impactos sociais e formas de transição democrática. A pesquisa adota abordagem qualitativa e fundamenta-se na análise bibliográfica e documental, dialogando com autores como Carlos Fico, Elio Gaspari e Rodrigo Patto Sá Motta, além de documentos produzidos pela Comissão Nacional da Verdade. A comparação permite identificar tanto elementos comuns aos três regimes quanto especificidades relacionadas às diferentes trajetórias políticas e sociais de cada país. Conclui-se que, apesar de compartilharem uma base ideológica comum, as particularidades nacionais produziram experiências distintas de autoritarismo, repressão, política econômica e redemocratização, cujos efeitos ainda influenciam as democracias contemporâneas, os debates sobre memória e direitos humanos e seus processos de construção da memória coletiva, evidenciando a permanência de legados autoritários na América Latina.

Palavras-chave: ditadura militar; América Latina; memória.

ABSTRACT

The military dictatorships that marked Brazil, Argentina, and Chile between the 1960s and 1980s constitute one of the major phenomena of contemporary Latin American history, characterized by the suppression of civil liberties, censorship, political persecution, and human rights violations. Influenced by the context of the Cold War and the National Security Doctrine, these regimes shared similarities but also differed in their political organization, mechanisms of repression, economic policies, and processes of redemocratization. This study comparatively analyzes these experiences, considering the contexts of their rise, institutional structures, repressive practices, social impacts, and forms of democratic transition. The research adopts a qualitative approach and is based on bibliographic and documentary analysis, drawing on authors such as Carlos Fico, Elio Gaspari, and Rodrigo Patto Sá Motta, as well as documents produced by Brazil's National Truth Commission. The comparison makes it possible to identify both common elements among the three regimes and specific features related to the different political and social trajectories of each country. It is concluded

that, despite sharing a common ideological foundation, national particularities produced distinct experiences of authoritarianism, repression, economic policy, and redemocratization, whose effects continue to influence contemporary democracies, debates on memory and human rights, and processes of collective memory construction, highlighting the persistence of authoritarian legacies in Latin America.
Keywords: military dictatorship; Latin America; memory.

1 INTRODUÇÃO

Durante a segunda metade do século XX, a América Latina foi marcada por regimes militares autoritários que interromperam experiências democráticas e reorganizaram a vida política, social e institucional. Brasil, Argentina e Chile são casos emblemáticos desse processo e, apesar de suas trajetórias específicas, compartilharam características como protagonismo das Forças Armadas, repressão sistemática, restrição de direitos políticos e narrativas de salvação nacional contra um suposto “inimigo interno”.

Essas ditaduras surgiram no contexto da Guerra Fria, quando a disputa entre Estados Unidos e União Soviética favoreceu a associação de projetos reformistas, movimentos populares e experiências de esquerda à ameaça comunista. Nesse cenário, consolidou-se a Doutrina de Segurança Nacional (DSN). No Brasil, conforme Almeida (2015, p. 88), a reformulação das atribuições do Conselho de Segurança Nacional (CSN) previa que a Política de Segurança Nacional incorporasse questões como “segurança interna”, “ideologia e subversão” e “opinião pública”. Essa ampliação demonstra como a concepção de segurança nacional ultrapassou a defesa contra ameaças externas, incorporando a vigilância e a repressão daqueles considerados “inimigos internos”.

Uma análise histórica consistente, porém, deve considerar também as diferenças. Embora inseridas no mesmo contexto ideológico e geopolítico, as ditaduras do Brasil, da Argentina e do Chile apresentaram distintas formas de repressão, organização institucional, políticas econômicas, transição democrática e relação com o passado. É nessa tensão entre semelhanças e diferenças que se concentra o eixo interpretativo desta pesquisa.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA E OBJETIVOS

A pesquisa é orientada pela seguinte pergunta: quais semelhanças e diferenças marcaram as ditaduras militares no Brasil, na Argentina e no Chile quanto à repressão política, à redemocratização e à construção da memória sobre o passado autoritário? Parte-se da hipótese de que, embora esses regimes compartilhassem fundamentos ideológicos associados à Guerra Fria e à Doutrina de Segurança Nacional, as particularidades de seus contextos nacionais e de suas formas de repressão, organização institucional e redemocratização produziram experiências históricas distintas, influenciando também os processos de memória e justiça de transição. O objetivo geral é analisar comparativamente essas experiências, considerando suas características comuns e particularidades nacionais. Como objetivos específicos, busca-se compreender o contexto de ascensão e a organização dos regimes; analisar seus mecanismos repressivos e projetos econômicos; e discutir os

processos de redemocratização e as políticas de memória, verdade e justiça. O recorte compreende as ditaduras brasileira (1964–1985), argentina (1976–1983) e chilena (1973–1990). A pesquisa também analisa como, após o fim das ditaduras, Brasil, Argentina e Chile buscaram reconhecer as violações de direitos humanos, preservar a memória das vítimas e responsabilizar os envolvidos, considerando a atuação das comissões da verdade e os diferentes caminhos da justiça em cada país.

1.2 JUSTIFICATIVA

A relevância desta pesquisa está em compreender as ditaduras de Brasil, Argentina e Chile como parte de um fenômeno latino-americano marcado por doutrinas, apoio internacional e cooperação repressiva comuns, sem ignorar suas especificidades. Diferenças na repressão, organização institucional, política econômica e transição democrática produziram efeitos duradouros. O estudo contribui para os debates sobre autoritarismo, violência de Estado, memória e democracia e, diante da permanência de disputas sobre esse passado e de movimentos autoritários, reforça a importância da memória histórica, dos direitos humanos e das instituições democráticas.

1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, e analisa comparativamente as ditaduras militares do Brasil (1964–1985), da Argentina (1976–1983) e do Chile (1973–1990). A base bibliográfica compreende obras de Elio Gaspari sobre a ditadura brasileira, de Marcos Novaro e Vicente Palermo sobre a ditadura argentina e de Roberto Simon sobre a atuação brasileira no golpe chileno, além das coletâneas organizadas por Rodrigo Patto Sá Motta e por Carlos Fico e colaboradores. A seleção considera a contribuição dessas obras para compreender os regimes em seus contextos nacionais e discutir suas aproximações e diferenças.

As fontes documentais são os relatórios da Comissão Nacional da Verdade, no Brasil, da CONADEP (Nunca Más), na Argentina, e da Comissão Nacional da Verdade e Reconciliação (Relatório Rettig), no Chile. Sua escolha se justifica por reunirem investigações oficiais sobre as violações de direitos humanos e permitirem examinar as iniciativas de reconhecimento da violência estatal. A análise considera as diferenças entre os mandatos das comissões, seus contextos de atuação e os limites de seus registros.

A comparação histórica organiza-se em eixos comuns aos três países: contexto de ascensão e organização dos regimes, mecanismos repressivos, projetos econômicos, redemocratização e políticas de memória e justiça. Em cada eixo, as informações documentais são confrontadas com as interpretações bibliográficas para identificar convergências e particularidades, respeitando as diferenças de contexto e de cronologia. Os resultados são reunidos em uma síntese comparativa ao final do desenvolvimento.

2 DITADURAS MILITARES NO CONE SUL — DA ASCENSÃO DOS REGIMES ÀS DISPUTAS DE MEMÓRIA

2.1 CONTEXTO INTERNACIONAL: GUERRA FRIA E DOUTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL

A emergência das ditaduras militares na América Latina não pode ser compreendida sem referência ao quadro internacional da Guerra Fria. A partir do pós-guerra, a disputa entre capitalismo e socialismo estruturou não apenas as relações entre Estados, mas também a forma como conflitos internos passaram a ser interpretados. Na América Latina, o receio da expansão de experiências políticas de esquerda levou ao fortalecimento de políticas de contenção orientadas pelos Estados Unidos.

A Revolução Cubana[1] de 1959 aprofundou esse processo. A partir dela, consolidou-se o temor de um possível efeito de irradiação revolucionária sobre outros países latino-americanos. Nesse ambiente, a Doutrina de Segurança Nacional passou a circular de forma intensa entre escolas militares, redes de inteligência e formuladores de política de segurança.

O resultado foi a constituição de regimes autoritários que se apresentavam como técnicos, moralizadores e salvacionistas. A linguagem da segurança, da guerra interna e da restauração da ordem tornou-se elemento comum a diferentes ditaduras do Cone Sul. Ainda assim, a forma concreta como essa matriz ideológica foi aplicada variou conforme as circunstâncias nacionais, o que torna indispensável a comparação histórica.

2.2 BRASIL, ARGENTINA E CHILE: ASCENSÃO E ORGANIZAÇÃO DOS REGIMES AUTORITÁRIOS

[1] **Revolução Cubana:** movimento liderado por Fidel Castro, com participação de Ernesto "Che" Guevara, que derrubou o governo de Fulgêncio Batista em 1959. O posterior alinhamento de Cuba à União Soviética intensificou a Guerra Fria na América Latina, fortalecendo políticas de contenção ao comunismo, a difusão da Doutrina de Segurança Nacional e o apoio a regimes militares anticomunistas.

2.2.1 Brasil – 1964

O golpe de 1964 ocorreu em um contexto de crescente polarização política e social. O governo de João Goulart defendia as Reformas de Base, que enfrentavam a oposição de setores conservadores e eram interpretadas, no contexto da Guerra Fria, como ameaça à ordem política e social e ao alinhamento internacional do país.

A historiografia contemporânea demonstra que a ruptura democrática não resultou exclusivamente da atuação das Forças Armadas, mas da convergência de interesses entre militares e setores da sociedade civil favoráveis à deposição de Goulart. Essa participação pode ser observada, entre outros aspectos, no posicionamento de parte da imprensa, que passou a defender abertamente a saída do presidente. Ao analisar o editorial publicado pelo jornal *Correio da Manhã*, Elio Gaspari observa: “A essa coragem civil não correspondia um equivalente desassombro militar” (Gaspari, 2014c, p. 98).

A análise de Gaspari permite compreender que a oposição a João Goulart não se restringia às Forças Armadas, envolvendo também setores civis que defendiam sua saída do poder. A atuação de parte da imprensa, nesse contexto, evidencia que o golpe de 1964 não pode ser compreendido como uma iniciativa exclusivamente militar, mas como resultado de um processo mais amplo de articulação política. Após a ruptura democrática, o regime organizou-se por meio de sucessivos presidentes militares e de um aparato jurídico-político que, mediante atos institucionais, cassações e reformas constitucionais, conferiu aparência de legalidade ao autoritarismo.

2.2.2 Chile – 1973

No Chile, o golpe de 11 de setembro de 1973 derrubou o governo democraticamente eleito de Salvador Allende, em meio à polarização política, crise econômica e oposição interna e externa à Unidade Popular. A atuação brasileira ultrapassou o acompanhamento diplomático e inseriu-se na articulação regional contrária ao governo chileno. Como demonstra Roberto Simon:

> A ditadura brasileira ajudou a golpear a mais longeva democracia de seu entorno geográfico e, no lugar, instalar um regime cuja sanguinolência e crueldade praticamente não tinham precedentes na América do Sul moderna. (Simon, 2021, p. 16).

A ascensão de Augusto Pinochet resultou, portanto, da combinação das tensões internas chilenas com o contexto da Guerra Fria e a articulação anticomunista regional. Segundo Simon, o Brasil participou da desestabilização de Allende mediante apoio político, diplomático e estratégico aos setores favoráveis ao golpe. O regime chileno assumiu caráter

centralizador, com a concentração do poder em Pinochet e a implantação de um projeto de profunda transformação econômica. A aproximação entre as ditaduras da região também favoreceu mecanismos de cooperação repressiva, posteriormente sistematizados na Operação Condor, que articulou ações de inteligência, perseguição e repressão política no Cone Sul.

2.2.3 Argentina – 1976

Na Argentina, o golpe de 24 de março de 1976 ocorreu em meio à violência política, deterioração econômica e instabilidade institucional. A junta militar que depôs Isabel Perón apresentou a ruptura democrática como necessária para restaurar a ordem, reorganizar o Estado e eliminar a chamada “subversão”. Esse discurso buscava conferir legitimidade ao golpe, apresentando a tomada do poder como uma ação em defesa da nação. Essa justificativa aparece na declaração reproduzida por Marcos Novaro e Vicente Palermo:

> [...] persegue o propósito de acabar com o desgoverno, a corrupção e o flagelo subversivo, e só será dirigida contra quem delinquir ou cometer abusos de poder. É uma decisão pela Pátria e não supõe, portanto, discriminações contra nenhuma militância política civil nem setor social algum. Repudia, por conseguinte, a ação desagregadora de todos os extremismos e o efeito corruptor de qualquer demagogia [...] não se tolerará a corrupção ou a venalidade sob nenhuma forma ou circunstância, nem tampouco a transgressão da lei ou oposição ao processo de reparação que se inicia. (Novaro; Palermo, 2007, p. 27).

O discurso de restauração institucional deu lugar a um regime marcado pela repressão sistemática. O poder concentrou-se em uma junta composta pelas três Forças Armadas, de caráter colegiado e atravessada por disputas internas, enquanto opositores, militantes, sindicalistas, estudantes e intelectuais foram classificados como “inimigos ativos”. Desaparecimentos forçados, centros clandestinos de detenção, tortura e eliminação física tornaram-se instrumentos centrais do terrorismo de Estado.

A comparação evidencia que não existiu um único modelo de ditadura militar no Cone Sul. Embora Brasil, Argentina e Chile compartilhassem a Doutrina de Segurança Nacional e o anticomunismo, desenvolveram configurações distintas: o Brasil combinou autoritarismo e repressão com a preservação de mecanismos formais de institucionalidade; a Argentina estruturou um poder militar colegiado associado a um amplo sistema clandestino de terrorismo de Estado; e o Chile concentrou o poder em torno de Pinochet, articulando forte repressão política a uma profunda reorganização institucional e econômica. Assim, uma matriz ideológica comum produziu diferentes formas de exercício e legitimação do poder autoritário.

2.3 REPRESSÃO, VIOLÊNCIA DE ESTADO E OPERAÇÃO CONDOR

2.3.1 Repressão e violência de Estado

A repressão constituiu elemento estruturante das ditaduras militares instaladas no Brasil, na Argentina e no Chile. Em todos os casos, a Doutrina de Segurança Nacional forneceu o fundamento ideológico para a identificação do chamado "inimigo interno", justificando a ampliação dos mecanismos de vigilância, controle e violência estatal. No Brasil, essa lógica foi incorporada ao ordenamento jurídico por meio da Lei de Segurança Nacional, que passou a tipificar como crimes contra a segurança do Estado condutas frequentemente relacionadas ao exercício da oposição política, conferindo aparência de legalidade às práticas repressivas adotadas pelo regime militar. Dessa forma, a repressão deixou de constituir medida excepcional para transformar-se em política permanente de Estado, legitimando a atuação dos órgãos de segurança e de informação na perseguição de indivíduos considerados contrários ao regime.

No Brasil, a repressão esteve fortemente articulada a organismos como o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) e o Serviço Nacional de Informações (SNI), responsáveis pelo monitoramento, prisão, interrogatório e perseguição de opositores políticos. Ao analisar a atuação desses órgãos, a Comissão Nacional da Verdade concluiu que:

> Se nesse tipo de narrativa é admitida a existência da tortura, outras evidências confirmam tratar-se de uma prática institucionalizada e sistemática nos interrogatórios realizados com presos políticos. Entre essas evidências, apresentadas ao longo deste relatório, estão numerosas denúncias e testemunhos — contemporâneos e posteriores aos fatos — detalhados no que diz respeito a métodos, a instrumentos, a locais, a nomes das vítimas, a agentes envolvidos nos crimes e a seus colaboradores. Existem ainda diferentes documentos atestando um esforço por parte da cúpula do regime para evitar o conhecimento público das denúncias, refutá-las sumariamente e impedir investigações. (Brasil, 2014, v. 1, p. 343).

A conclusão da Comissão Nacional da Verdade demonstra que a tortura não constituiu resultado de iniciativas isoladas ou de excessos praticados por determinados agentes públicos, mas integrou uma política de Estado estruturada em métodos padronizados, órgãos especializados e mecanismos destinados a ocultar e impedir a responsabilização pelas violações de direitos humanos cometidas durante a ditadura militar brasileira.

Na Argentina, a violência assumiu caráter ainda mais radical. O desaparecimento forçado tornou-se política sistemática, enquanto centros clandestinos de detenção passaram

a funcionar como espaços de prisão ilegal, tortura e eliminação física de opositores reais ou supostos. A clandestinidade da repressão constituiu elemento essencial da estratégia de terrorismo de Estado adotada pela junta militar.

No Chile, a repressão combinou prisões em massa, tortura, execuções, desaparecimentos forçados e exílio político, buscando eliminar rapidamente qualquer forma de resistência ao golpe de 11 de setembro de 1973. A atuação da Dirección de Inteligencia Nacional (DINA) e, posteriormente, da Central Nacional de Informaciones (CNI) consolidou um sistema repressivo voltado ao controle da oposição política e à perseguição sistemática de seus adversários.

Embora cada ditadura tenha desenvolvido mecanismos próprios de repressão, todas compartilhavam um mesmo fundamento ideológico: a eliminação dos chamados "inimigos internos" em nome da defesa da segurança nacional. Essa convergência favoreceu a aproximação entre os regimes militares do Cone Sul e criou as condições para o desenvolvimento de uma política repressiva de alcance internacional.

2.3.2 Operação Condor

A Operação Condor constituiu a mais ampla expressão da cooperação repressiva entre as ditaduras militares da América do Sul durante a Guerra Fria. Formalmente criada em 1975, em reunião realizada em Santiago do Chile, reuniu inicialmente representantes dos serviços de inteligência do Chile, Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia, que assinaram o documento de fundação da organização. O Brasil participou do encontro na condição de observador, incorporando-se formalmente à organização em 1976 (Dinges, 2005, p. 37). Seu objetivo consistia em coordenar ações de inteligência, vigilância, captura, interrogatório, tortura, desaparecimento forçado e eliminação de opositores políticos que buscavam refúgio em países vizinhos.

A criação da Operação Condor representou a institucionalização de práticas de cooperação repressiva que já vinham sendo desenvolvidas entre os países da região, ampliando e sistematizando a internacionalização dos princípios da Doutrina de Segurança Nacional. Se, no plano interno, cada regime combatia seus próprios "inimigos internos", no plano regional a cooperação permitia que esses opositores fossem perseguidos independentemente das fronteiras nacionais. Dessa forma, exilados políticos deixavam de encontrar proteção em países vizinhos, uma vez que os órgãos de inteligência passaram a compartilhar informações, promover prisões clandestinas e realizar operações conjuntas de repressão.

A dimensão transnacional da Operação Condor evidencia que as ditaduras militares latino-americanas não atuaram de forma isolada, mas integraram uma rede regional de colaboração voltada à preservação de regimes autoritários e ao combate coordenado de movimentos considerados subversivos. A repressão deixou de limitar-se ao território de cada Estado, transformando-se em uma estratégia internacional de perseguição política, marcada pela circulação de informações de inteligência, pelo intercâmbio de agentes e pela realização de operações clandestinas em diferentes países do Cone Sul.

A atuação dessa rede repressiva é retratada no documentário *Condor* (2007), dirigido por Roberto Mader, que reúne depoimentos de vítimas, familiares, pesquisadores, jornalistas e antigos integrantes dos órgãos de segurança dos regimes militares. O documentário demonstra como a cooperação entre as ditaduras permitiu a captura, o sequestro, a tortura e o desaparecimento de opositores políticos em diferentes países da América do Sul, evidenciando que a repressão extrapolava as fronteiras nacionais e constituía uma política regional articulada (Condor, 2007).

A Operação Condor representa, portanto, a culminância do processo iniciado com a difusão da Doutrina de Segurança Nacional. O que começou como uma estratégia de combate ao chamado "inimigo interno" no âmbito de cada Estado evoluiu para um sistema internacional de cooperação repressiva, demonstrando que as ditaduras do Cone Sul compartilhavam não apenas fundamentos ideológicos, mas também métodos, estruturas de inteligência e práticas sistemáticas de violação dos direitos humanos. A compreensão desse processo é fundamental para entender tanto a dinâmica autoritária da região durante a Guerra Fria quanto os posteriores esforços de reconstrução da memória, da verdade e da justiça nos países atingidos por essa articulação repressiva.

2.4 ECONOMIA DAS DITADURAS

A análise das ditaduras do Cone Sul não pode restringir-se à dimensão repressiva. Os regimes autoritários também implementaram projetos econômicos que buscavam reorganizar as economias nacionais, redefinir o papel do Estado e reconfigurar as relações entre capital, trabalho e poder político. Em comum, havia a crença de que o autoritarismo criaria as condições políticas necessárias para impor reformas estruturais sem resistência social significativa. Entretanto, os caminhos adotados por Brasil, Argentina e Chile foram distintos, e essas diferenças são fundamentais para compreender seus legados históricos.

No caso brasileiro, a ditadura militar articulou autoritarismo político e modernização econômica. Entre o final da década de 1960 e o início da de 1970, ocorreu o chamado "milagre econômico", período em que o país registrou elevadas taxas de crescimento do Produto

Interno Bruto (PIB), impulsionadas pela ampliação do investimento estatal, pela expansão do crédito e pela entrada de capital estrangeiro. Nesse contexto, foram iniciados grandes projetos de infraestrutura, como a Rodovia Transamazônica e a Ponte Rio-Niterói. Mesmo após o período do "milagre econômico", o Estado continuou desempenhando papel central na economia, estimulando a industrialização e a expansão de setores estratégicos, com investimentos em grandes empreendimentos, como a Usina Hidrelétrica de Itaipu, cuja construção teve início em 1975. O expressivo crescimento econômico foi amplamente utilizado pelo regime como instrumento de legitimação política, difundindo a imagem de um país em acelerado processo de desenvolvimento e modernização.

Entretanto, o crescimento econômico não foi acompanhado pela ampliação das liberdades políticas. Ao contrário, os resultados econômicos passaram a ser utilizados pelo regime como forma de legitimar o autoritarismo. Nesse sentido, Elio Gaspari observa:

> Ao êxito econômico não correspondeu progresso político algum. Pelo contrário, entendeu-se que a ditadura era, se não a causa, indiscutivelmente a garantia da prosperidade. O controle da imprensa desempenhou um papel essencial na cantata desse “Brasil Grande” e na supressão dos conflitos que abrigava. Quando Pelé cabeceou para Jairzinho, esse processo de controle já estava concluído, depois de seis anos de truculências, manhas e seduções. (Gaspari, 2014d, p. 214).

A reflexão de Gaspari evidencia que o crescimento econômico experimentado durante a ditadura não pode ser dissociado da intensificação da repressão política. A expansão da economia conviveu com o arrocho salarial, a restrição dos direitos trabalhistas, a repressão ao movimento sindical e a supressão das liberdades civis, revelando que o chamado "milagre econômico" foi sustentado por um contexto de forte controle autoritário da sociedade.

Além disso, o chamado "milagre econômico" revelou seus limites a partir da segunda metade da década de 1970. A forte dependência de financiamento externo e os impactos das crises internacionais, especialmente o primeiro choque do petróleo, contribuíram para o aumento da dívida externa, a desaceleração do crescimento econômico e o agravamento da inflação. O esgotamento desse modelo evidenciou que o crescimento acelerado observado nos anos anteriores estava assentado em bases econômicas vulneráveis, incapazes de resistir às mudanças do cenário internacional.

No Chile, a ditadura de Augusto Pinochet implementou um projeto econômico distinto daquele adotado no Brasil, tornando-se referência para a aplicação de políticas neoliberais na

América Latina. Sob influência dos chamados “Chicago Boys”[2], o regime promoveu privatizações, abertura comercial, desregulação econômica, flexibilização das relações de trabalho e redução de intervenção estatal. Essas medidas transformaram o Chile em uma das principais experiências de implementação do neoliberalismo no continente (Valdivia Ortiz de Zárate, 2015, p. 121-123).

Entretanto, os custos sociais desse modelo foram significativos, sobretudo em sua fase inicial, com aumento do desemprego, redução dos gastos públicos, enfraquecimento das políticas sociais e ampliação das desigualdades. Embora posteriormente o Chile tenha alcançado maior estabilidade macroeconômica e crescimento, persistiram a concentração de renda e as desigualdades sociais, revelando os limites sociais dessa modernização econômica. Nesse aspecto, a experiência chilena distinguiu-se tanto do modelo desenvolvimentista brasileiro quanto da política econômica da junta militar argentina, reforçando as especificidades de cada regime.

Na Argentina, a ditadura instaurada em 1976 seguiu um caminho que, embora dialogasse com o caso chileno, apresentou especificidades. A política econômica conduzida por José Alfredo Martínez de Hoz priorizou a liberalização financeira, a abertura ao capital estrangeiro e a valorização do setor financeiro em detrimento da indústria nacional. A reforma financeira iniciada em 1977 promoveu a liberalização das taxas de juros e a redução gradual das restrições à movimentação internacional de capitais, buscando fortalecer o setor financeiro e modificar as relações entre os diferentes setores da economia (Novaro; Palermo, 2007, p. 287, 291). Esse processo contribuiu para o enfraquecimento do setor industrial, a ampliação da dependência de financiamento externo e o aumento do endividamento público e das empresas estatais (Novaro; Palermo, 2007, p. 292, 296, 298-299).

Os resultados desse modelo revelaram-se particularmente críticos. A crescente financeirização da economia foi acompanhada pelo enfraquecimento do setor produtivo, pelo aumento da dependência de capitais externos, pela expansão da dívida externa e pela maior vulnerabilidade às oscilações da economia internacional. Ao mesmo tempo, a inflação permaneceu elevada e a deterioração das condições econômicas contribuiu para o agravamento da crise que marcou o final do regime militar. Além disso, as restrições salariais e as chamadas privatizações periféricas, que favoreceram poucos grupos privados à custa

[2] Chicago Boys: grupo de economistas chilenos formados majoritariamente na Universidade de Chicago, sob influência das ideias de Milton Friedman, que atuaram no governo de Augusto Pinochet e foram responsáveis pela implementação de políticas neoliberais no Chile, como privatizações, abertura econômica e redução do papel do Estado.

dos recursos públicos, evidenciam a distribuição desigual dos custos e benefícios dessas políticas (Novaro; Palermo, 2007, p. 287, 295, 298-299).

Assim como no Brasil e no Chile, as reformas econômicas da ditadura argentina ocorreram em meio à intensificação da repressão política. A restrição das liberdades civis, a perseguição de opositores e o enfraquecimento dos movimentos sindicais e sociais favoreceram sua implementação, associando reorganização econômica e autoritarismo. Apesar dessa convergência, os regimes seguiram estratégias distintas: o Brasil adotou um modelo desenvolvimentista com forte intervenção estatal; o Chile, políticas neoliberais; e a Argentina, a liberalização financeira, produzindo diferentes resultados econômicos e sociais sob regimes igualmente autoritários.

A comparação entre os três casos evidencia que as ditaduras do Cone Sul não adotaram um modelo econômico único, embora compartilhassem fundamentos políticos e ideológicos semelhantes. Enquanto o Brasil combinou autoritarismo e desenvolvimentismo estatal, o Chile tornou-se referência na implementação de políticas neoliberais e a Argentina priorizou a liberalização financeira e a valorização do setor financeiro. Essas diferentes estratégias demonstram que, apesar da convergência na repressão política, cada regime formulou respostas próprias para os desafios econômicos enfrentados no contexto da Guerra Fria.

Mais do que as diferenças entre seus projetos econômicos, os resultados evidenciam os limites dessas experiências autoritárias. Nos três países, verificaram-se concentração de renda, aprofundamento das desigualdades sociais e, em diferentes intensidades, crises econômicas e sociais. No Brasil, a relação entre desenvolvimento econômico e repressão política pode ser observada nas medidas adotadas contra os trabalhadores durante a ditadura. Conforme documentado pela Comissão Nacional da Verdade, a restrição do direito de greve, o controle das organizações sindicais e a política de arrocho salarial contribuíram para enfraquecer a capacidade de organização e reivindicação dos trabalhadores (Brasil, 2014, v. 2, p. 69). Assim, o crescimento econômico registrado durante parte da ditadura não pode ser dissociado das condições políticas que o sustentaram.

Dessa forma, a análise comparativa demonstra que os projetos econômicos implementados pelas ditaduras do Brasil, da Argentina e do Chile não constituíram fenômenos exclusivamente econômicos, mas integraram estratégias mais amplas de reorganização política e social. O autoritarismo foi condição essencial para a implementação dessas políticas, permitindo a contenção de resistências e a limitação da participação democrática. Os impactos desses modelos ultrapassaram o período ditatorial e permanecem presentes nas

estruturas econômicas, nas desigualdades sociais e nas disputas em torno da memória, da verdade e da interpretação histórica desses regimes.

2.5 REDEMOCRATIZAÇÃO E JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

A análise comparativa evidencia que Brasil, Argentina e Chile percorreram trajetórias distintas de redemocratização e justiça de transição, refletindo as diferentes formas pelas quais seus regimes autoritários chegaram ao fim. Na Argentina, a ruptura mais acentuada com a ditadura favoreceu a responsabilização judicial de agentes estatais e a consolidação de uma política de memória e justiça mais abrangente. Entretanto, esse processo não ocorreu de maneira contínua, pois as leis de Ponto Final e Obediência Devida, além dos indultos presidenciais, limitaram os julgamentos por um período, até sua posterior retomada. No Chile, a transição negociada permitiu avanços graduais na produção da verdade e na responsabilização dos perpetradores, embora condicionados pela permanência de importantes enclaves autoritários. No Brasil, por sua vez, a transição pactuada e a interpretação conferida à Lei da Anistia limitaram, por décadas, a responsabilização pelos crimes cometidos durante a ditadura, privilegiando mecanismos de reconhecimento da verdade e da memória em detrimento da punição dos responsáveis. Essas diferenças demonstram que a forma de encerramento dos regimes autoritários influenciou diretamente os caminhos percorridos por cada país na reconstrução democrática, na preservação da memória histórica e na consolidação de políticas de justiça de transição.

2.6 MEMÓRIA E DISPUTAS SOBRE O PASSADO

A memória das ditaduras militares não se constitui como um campo neutro, mas como um espaço de disputas políticas, morais e historiográficas. O passado autoritário não permanece restrito aos arquivos ou à produção acadêmica; ele é constantemente reativado em discursos públicos, debates políticos, práticas escolares, monumentos, museus, comissões da verdade e em narrativas revisionistas. Nesse sentido, na coletânea organizada por Carlos Fico, Marieta de Moraes Ferreira, Maria Paula Araújo e Samantha Viz Quadrat, Jelin e Araújo afirmam:

> Ditadura e democracia fazem parte da história do continente latino-americano. Compreender como esses dois fenômenos se têm cruzado é fundamental para entender o processo democrático em curso nos diversos países. E, principalmente, para detectar as perspectivas e potencialidades

> dessas democracias em construção (ou reconstrução), bem como seus problemas, limites e impasses. (Jelin; Araújo, 2008, p. 8).

Essa perspectiva evidencia que a memória das ditaduras ultrapassa o campo da reconstrução do passado, constituindo elemento fundamental para a consolidação democrática e para a defesa dos direitos humanos na América Latina.

Na Argentina, a memória da ditadura tornou-se eixo estruturante da identidade democrática construída após 1983. A atuação de movimentos como as Madres e Abuelas de Plaza de Mayo[3] foi decisiva para manter o tema no espaço público e para transformar os desaparecimentos forçados, os centros clandestinos de detenção e a violência estatal em referências centrais da consciência histórica nacional. O relatório *Nunca Más*[4] desempenhou papel fundamental nesse processo ao documentar que as violações dos direitos humanos ocorreram de maneira sistemática, por meio da repressão estatal, e não como episódios isolados (CONADEP, 1984), contribuindo para consolidar uma narrativa pública de condenação do regime.

No Chile, a memória se organizou de forma mais fragmentada. O reconhecimento das violações de direitos humanos avançou, especialmente a partir do Relatório Rettig[5], que reconheceu oficialmente as vítimas da repressão. Nesse sentido, a própria Comissão Nacional da Verdade e Reconciliação estabeleceu como objetivo:

> Establecer un cuadro lo más completo posible sobre los graves hechos de violación a los derechos humanos, sus antecedentes y circunstancias;
>
> Reunir información que permitiera individualizar a sus víctimas y establecer su suerte o paradero.
>
> Recomendar las medidas de reparación y reivindicación que estimara de justicia [...] (Chile, 1996, v. 1, t. 1, p. 1).

Contudo, a divulgação do relatório não encerrou as disputas em torno da interpretação do passado. A permanência de setores políticos vinculados ao pinochetismo manteve ativa a controvérsia sobre a memória da ditadura, fazendo com que a sociedade chilena permanecesse dividida entre posições de condenação, justificação e relativização do regime.

---

[3] **Madres e Abuelas de Plaza de Mayo:** movimentos argentinos de direitos humanos formados por familiares de desaparecidos da ditadura (1976–1983), conhecidos pela luta por memória, verdade e justiça e pela busca de crianças sequestradas pelo regime.

[4] **Relatório Nunca Más:** documento da CONADEP, publicado em 1984, que investigou os desaparecimentos forçados durante a ditadura argentina e se tornou referência na luta por memória, verdade e justiça.

[5] **Relatório Rettig:** relatório da Comissão Nacional da Verdade e Reconciliação do Chile, instituída em 1990 pelo presidente Patricio Aylwin e publicado em 1991. Investigou graves violações de direitos humanos durante a ditadura de Pinochet, reconheceu vítimas de execuções e desaparecimentos e recomendou medidas de reparação, tornando-se referência da justiça de transição chilena.

Essa persistência de divergências foi observada também nos anos posteriores à publicação do relatório, quando parte das Forças Armadas e setores políticos questionaram suas conclusões e defenderam interpretações distintas sobre o período autoritário.

No Brasil, as disputas em torno da memória da ditadura assumem contornos particularmente intensos. A ausência de responsabilização penal dos agentes do regime e a manutenção da Lei de Anistia como obstáculo jurídico favoreceram a persistência de narrativas que minimizam a violência estatal ou reinterpretam o período como fase de ordem e desenvolvimento. Nesse contexto, a Comissão Nacional da Verdade documentou que a tortura constituiu uma prática institucionalizada e sistemática durante a ditadura militar, identificando também esforços da cúpula do regime para ocultar denúncias e impedir investigações (Brasil, 2014, v. 1, p. 343).

O reconhecimento oficial de que a tortura integrou uma política sistemática de Estado representou um marco nas políticas brasileiras de memória e verdade. Contudo, a recepção do relatório evidenciou que o passado autoritário permanece objeto de intensas disputas no espaço público, sendo constantemente reinterpretado e ressignificado por diferentes atores políticos e sociais.

As disputas sobre a memória da ditadura permanecem relevantes no Brasil contemporâneo. Os acontecimentos de 8 de janeiro de 2023, com a invasão e depredação das sedes dos Três Poderes, demonstraram a permanência de discursos de contestação à ordem democrática e reacenderam o debate sobre os limites da justiça de transição brasileira (Brasil, 2023). Embora tenham causas múltiplas e não decorram exclusivamente do legado da ditadura, esses episódios reforçam a importância da memória histórica, do reconhecimento das violações de direitos humanos e da educação para a democracia como instrumentos de prevenção de rupturas institucionais e fortalecimento do Estado Democrático de Direito.

Comparativamente, a construção da memória relaciona-se às formas de transição política e aos níveis de responsabilização: na Argentina, o maior investimento em justiça de transição fortaleceu uma memória pública de condenação, enquanto, no Brasil e, em certa medida, no Chile, transições negociadas e menor responsabilização favoreceram disputas revisionistas mais persistentes. Assim, a memória constitui um campo ativo de construção de sentidos sobre o passado, cujo legado permanece em disputa e influencia a interpretação histórica e as democracias contemporâneas latino-americanas.

2.7 SÍNTESE COMPARATIVA DOS RESULTADOS

A análise comparativa das ditaduras militares do Brasil, da Argentina e do Chile permitiu identificar semelhanças e diferenças na organização política, nos mecanismos de repressão, nas políticas econômicas e nos processos de redemocratização. Embora os três regimes compartilhassem fundamentos ideológicos relacionados à Guerra Fria, ao anticomunismo e à Doutrina de Segurança Nacional, suas experiências históricas apresentaram particularidades, conforme sintetizado no quadro a seguir.

Quadro 1 – Síntese comparativa das ditaduras militares no Brasil, Argentina e Chile

Eixo de análise	Brasil	Argentina	Chile
Organização política	Sucessão de governos militares e manutenção de mecanismos formais de institucionalidade.	Junta militar composta pelas três Forças Armadas.	Concentração progressiva do poder em Augusto Pinochet.
Repressão política	Atuação de órgãos como DOPS, DOI-CODI e SNI, com perseguições, prisões e tortura.	Terrorismo de Estado, desaparecimentos forçados e centros clandestinos de detenção.	Prisões, torturas, execuções, desaparecimentos e atuação da DINA e da CNI.
Política econômica	Desenvolvimentismo com forte participação estatal e crescimento durante o chamado milagre econômico.	Liberalização financeira, enfraquecimento industrial e aumento do endividamento externo.	Reformas neoliberais, privatizações e abertura econômica.
Redemocratização	Transição gradual e negociada, com limites à responsabilização dos agentes da repressão.	Retorno à democracia em 1983, seguido de julgamentos, interrupções e posterior retomada da responsabilização.	Transição negociada, com permanência de estruturas e mecanismos herdados do regime.
Memória e justiça	Atuação da Comissão Nacional da Verdade e persistência de disputas sobre o passado autoritário.	Mobilização de movimentos de direitos humanos, relatório *Nunca Más* e iniciativas de responsabilização judicial.	Relatório Rettig, reconhecimento oficial das vítimas e avanços graduais na justiça de transição.

Fonte: elaboração própria, com base na análise bibliográfica e documental desenvolvida neste artigo.

Os resultados evidenciam que, apesar das semelhanças ideológicas e da utilização da repressão política como instrumento de manutenção do poder, as ditaduras não constituíram experiências homogêneas. As diferenças identificadas na organização dos regimes, nos projetos econômicos e nas formas de encerramento das ditaduras contribuíram para trajetórias distintas de reconstrução democrática e de enfrentamento das violações de direitos humanos. Dessa forma, a comparação demonstra a importância de considerar tanto os

elementos comuns ao autoritarismo latino-americano quanto as particularidades históricas de cada país.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise comparativa das ditaduras militares do Brasil, da Argentina e do Chile permite concluir que esses regimes não devem ser vistos nem como fenômenos isolados, nem como experiências homogêneas. Eles participaram de uma mesma matriz autoritária latino-americana, estruturada pela Guerra Fria, pela Doutrina de Segurança Nacional e pela legitimação da violência de Estado em nome da ordem. No entanto, cada um produziu configurações históricas próprias.

A comparação realizada ao longo desta pesquisa demonstrou que as diferenças entre esses regimes não se limitaram às estratégias de governo, mas produziram impactos duradouros sobre as instituições, a memória coletiva e os processos de justiça de transição. O Brasil combinou institucionalidade de exceção, tortura sistemática, desenvolvimentismo autoritário e transição pactuada que restringiu a responsabilização pelos crimes da ditadura. A Argentina foi marcada por violência clandestina massiva, desaparecimentos forçados e posterior afirmação mais robusta da justiça de transição. O Chile articulou autoritarismo personalista, neoliberalismo radical e uma transição controlada por enclaves do próprio regime.

Essas diferenças ajudam a compreender por que Brasil, Argentina e Chile elaboraram de maneiras distintas suas políticas de memória, seus mecanismos de justiça de transição e suas culturas democráticas. O estudo evidencia que a forma de encerramento dos regimes autoritários influenciou diretamente a capacidade de cada sociedade de produzir verdade, reconhecer as vítimas, responsabilizar agentes estatais e enfrentar os legados da violência política. A hipótese que orientou esta pesquisa, de que as ditaduras latino-americanas compartilhavam fundamentos comuns, mas produziram experiências históricas distintas em razão de seus contextos nacionais e de suas diferentes formas de repressão, organização institucional e redemocratização, mostrou-se confirmada pela análise comparativa desenvolvida.

Ao mesmo tempo, a pesquisa demonstra que o estudo das ditaduras militares ultrapassa o interesse pela compreensão do passado. As disputas contemporâneas em torno da memória, da verdade, da justiça e dos direitos humanos revelam que o legado desses regimes permanece presente na vida política latino-americana, influenciando a forma como diferentes sociedades interpretam sua história e compreendem os valores democráticos.

Assim, o conhecimento histórico assume papel fundamental não apenas para preservar a memória das vítimas e compreender os mecanismos de funcionamento dos regimes autoritários, mas também para fortalecer a cultura democrática, promover a defesa dos direitos humanos e contribuir para a prevenção de novas rupturas institucionais.

Por fim, espera-se que este estudo contribua para ampliar o debate historiográfico sobre as ditaduras do Cone Sul, demonstrando que a perspectiva comparativa constitui um importante instrumento para compreender simultaneamente as aproximações e as especificidades dessas experiências autoritárias. Mais do que reconstruir acontecimentos passados, a História oferece elementos para interpretar criticamente o presente e reafirmar a importância da democracia, do Estado de Direito e do respeito aos direitos humanos como fundamentos essenciais das sociedades contemporâneas.

Compreender as ditaduras do Brasil, da Argentina e do Chile não significa apenas revisitar um passado de violência e autoritarismo, mas reconhecer que a preservação da memória histórica, o compromisso com a verdade e a efetivação da justiça constituem condições indispensáveis para o fortalecimento das democracias latino-americanas e para que graves violações de direitos humanos não voltem a se repetir.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Guilherme Bacha de. O Conselho de Segurança Nacional e a ditadura (1964-1969). In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **Ditaduras militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015. p. 83-100.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório final**. Brasília: CNV, 2014. 3 v.

BRASIL. Congresso Nacional. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de 2023. **CPMI: relatório final dos atos de 8 de janeiro de 2023**. Brasília, DF: Congresso Nacional, Secretaria Legislativa do Senado Federal, 2023. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/768601. Acesso em: 22 nov. 2026.

CHILE. Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación. **Informe de la Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación**. [S. l.]: Corporación Nacional de Reparación y Reconciliación, 1996. v. 1, t. 1. Reedição.

COMISIÓN NACIONAL SOBRE LA DESAPARICIÓN DE PERSONAS (CONADEP). **Nunca más: informe de la Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas**. Buenos Aires: EUDEBA, 1984.

CONDOR. Direção: Roberto Mader. Brasil: Taba Filmes; Focus Films, 2007. 1 filme (106 min).

DINGES, John. **Os anos do Condor: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul**. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GASPARI, Elio. **A ditadura acabada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada**. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014a.

GASPARI, Elio. **A ditadura encurralada**. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014b.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014c.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014d.

JELIN, Elizabeth; ARAÚJO, Maria Paula. Apresentação. In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAÚJO, Maria Paula; QUADRAT, Samantha Viz (org.). **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 7-9.

NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. **A ditadura militar argentina (1976-1983): do golpe de Estado à restauração democrática**. São Paulo: Edusp, 2007.

SIMON, Roberto. **O Brasil contra a democracia: a ditadura, o golpe no Chile e a Guerra Fria na América do Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

VALDIVIA ORTIZ DE ZÁRATE, Verónica. Pinochetismo e guerra social no Chile (1973-1989). In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **Ditaduras militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015. p. 121-142.

Contatos: fe.poncioni@hotmail.com e silasluiz.souza@mackenzie.br